



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 64/2014/CONSU

**Aprova Plano de Atividades de
Auditoria Interna/PAINT-2015 da
Universidade Federal de Sergipe.**

O **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **Universidade Federal de Sergipe**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFS/2015 pelo CONSU, conforme determina a Resolução nº 34/2011/CONSU;

CONSIDERANDO a consonância do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna com os objetivos institucionais da UFS;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna foi elaborado em conformidade com os dispositivos legais normativos da matéria;

CONSIDERANDO o parecer do Relator, **Cons. ANTONIO CARLOS MARQUETI**, ao analisar o processo nº 22.246/2014-74;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Plano de Atividades de Auditoria Interna/PAINT-2015 da Universidade Federal de Sergipe conforme Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2014

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli
PRESIDENTE**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 64/2014/CONSU

ANEXO

I – INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Universidade Federal de Sergipe, AUDINT-UFS, em cumprimento as disposições legais contidas no Decreto nº 3.591/2000, Art. 15 §2º, IN nº 01/2007 SFC/CGU e IN nº 07/2006 SFC/CGU que estabelecem o conteúdo e as normas para a elaboração e acompanhamento da execução do Plano de Atividade Anual da Auditoria Interna– PAINT apresenta, para a devida apreciação, sua proposta de atividades de auditoria para o exercício de 2015.

As ações previstas neste plano de auditoria objetivam agregar valor à gestão apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos e dos controles internos, por meio de orientações e recomendações advindas dos procedimentos de auditoria presentes, passados e futuros, de forma a subsidiar as atividades necessárias à consecução dos objetivos institucionais com a devida eficácia, atendendo aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública.

Em sua elaboração considerou-se os planos, metas e objetivos da Fundação Universidade Federal de Sergipe, seus programas e ações definidos na proposta orçamentária para o exercício de 2015, bem como a legislação aplicável e os resultados dos últimos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e da própria auditoria interna da FUFIS observando os seguintes aspectos:

- **Planejamento de Horas/Homem:** nas horas destinadas a cada ação está incluso o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos; coleta e análise de dados aplicados através de métodos de amostragem; leitura e interpretação da legislação pertinente; elaboração das solicitações de auditoria; dos registros das constatações em nossos relatórios; das notas de auditoria e dos relatórios com os achados positivos e negativos com as devidas recomendações. Para a perfeita identificação do quantitativo de horas a serem trabalhadas pela equipe da AUDINT no exercício de 2015, considerou-se o total de dias do ano calendário, excluídos os dias não úteis assim entendidos os finais de semana, feriados e dias úteis em gozo de férias de cada servido. Nesse cenário tem-se:

Informações	Servidores em Atividade			
	Sandra Lucia	Patricia Tavares	Arthur Pagani	Rosa Eunice
Total dias no ano	365	365	365	365
Sabados	-52	-52	-52	-52
Domingos	-52	-52	-52	-52
Feriados	-20	-20	-20	-20
Férias em dias uteis	-21	-22	-23	-31
Total dias úteis	220	219	218	210
Horas diarias	8	8	8	8
Carga Horaria anual	1.760	1.752	1.744	1.680

Total de horas trabalhadas na AUDINT	6.936
---	--------------

- **Normas e Procedimentos Aplicados:** os trabalhos de auditoria serão realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal e as práticas contábeis adotadas no Brasil, objetivando emitir opinião sobre as contas das unidades analisadas, assim como diagnosticar e certificar a gestão dos recursos alocados executada por seus agentes responsáveis.
- **Estrutura Funcional:** em suas atividades a unidade de auditoria contará inicialmente com o quantitativo de 1 (um) Coordenador, 1 (um) administrador e 2 (dois) auditores, todos desenvolvendo atividades finalísticas, além de 1(um) técnico de nível médio desenvolvendo atividades administrativas de apoio, já considerando a possibilidade de afastamento de 1 auditor para capacitação em curso de doutoramento cujo processo de liberação já se encontra em tramitação.
- **Cronograma:** o cronograma de execução das atividades proposta no presente planejamento é proposto levando em consideração a complexidade de cada atividade e poderá sofrer alterações em função de fatores externos e outras variáveis ambientais não passíveis de previsão ou controle tais como greves, paralisações, pontos facultativos, problemas de saúde na equipe, dentre outros.
- **Alterações:** com relação ao PAINT/2014 foram propõe-se as seguintes adaptações com as seguintes justificativas:
 - **Cartões Corporativos:** excluído da proposta para 2015 tendo em vista a regularidade das ações verificadas em auditorias anteriores bem como o irrelevante montante de recursos movimentado. Considerando a regularidade no processo de auditoria até o exercício de 2014, sugerimos que esta atividade, seja incluída no PAINT a cada dois anos, com possibilidade de verificação de toda a movimentação compreendida a partir da última auditoria, de forma a manter o devido acompanhamento dos controles já instituídos, evitando eventuais impropriedades.
 - **Bolsas:** escopo ampliado para outros tipos de bolsas, além daquelas oferecidas a discentes pela PROEST, que não sofreram nenhum tipo de verificação até 2014 representativa de grande volume de recursos.
 - **Estoque do Almoxarifado** atividade alterada para **Estoque e Almoxarifado:** considerando que o termo almoxarifado está diretamente relacionado ao estoque de material de uso e consumo e a FUFIS apresenta outros tipos de material em estoque, a exemplo de bens móveis e equipamentos, adquiridos sem destinação específica, para posterior envio as unidades administrativas para suprir suas demandas. Tais bens representam grande volume de recursos fato que enseja verificação quanto aos seus controles. A inclusão da auditoria dos estoques de bens moveis na atividade 3.5 não dispensa ou exclui a auditoria de Bens Móveis apresentada neste plano no item 5.1.
 - **Transportes:** atividade excluída haja vista a possibilidade de verificação dos gastos com a frota passiva de verificação no procedimento relativo aos Contratos e Processos Licitatórios.
 - **Gestão de GRH com denominação para 2015 alterada para Avaliação da eficiência do sistema SIGRH - PROGEF:** essa atividade previa para o exercício de 2014 a verificação do atendimento dos prazos de registro das alterações de pessoal no SISAC e os respectivos envio aos órgãos de controle, bem como o funcionamento do sistema de recursos humanos e as implementações necessárias a sua otimização, elementos não contemplados no item 4 – Gestão de Recursos Humanos. Considerando o grande volume de dados a serem analisados, a necessidade de verificação dos procedimentos de alimentação do sistema SIGRH em todas as subunidades da PROGEF e o reduzido

número servidores em atividade na AUDINT, a manutenção desta atividade se faz impraticável, sobretudo se considerado a redução do corpo de auditores da AUDINT em função de licença para capacitação (doutorado) ao um dos seus membros. Desta forma, a manutenção desta atividade fica condicionada ao aumento do corpo de auditores ou servidores aptos ao desenvolvimento de atividade de auditoria.

- **Gestão Acadêmica:** atividade incluída em função do grande volume de denúncias acerca do descumprimento do dever funcional por parte de docentes bem como prejuízos a alunos em função de oferta de disciplinas em desconformidade com os normativos internos vigentes.

Após as exclusões e inclusões de atividades acima descritas, os trabalhos da auditoria interna contemplarão as áreas relacionadas a seguir, sendo destacadas as principais atividades passíveis de serem auditadas:

1. CONTROLE DA GESTÃO

- 1.1. Atuação do TCU (Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências);
- 1.2. Atuação da CGU (Acompanhar as solicitações de auditoria e fazer a ponte com os setores/unidades internas interessadas);
- 1.3. Atuação da AUDINT - Avaliar os controles internos, acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e Plano de Providências Permanente evitando a fragilidade dos controles;
- 1.4. Atuação da AUDINT - Elaborar Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAIN (Finalização RAIN 2014 / Início RAIN 2015);
- 1.5. Atuação da AUDINT - Elaborar Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/16;
- 1.6. Formalização da Prestação de Contas.
- 1.7. Revisão e coordenação das atividades internas

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 2.1. Convênios / Transferências (Recebimentos)
- 2.2. Bolsas

3. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

- 3.1. Processos Licitatórios
- 3.2. Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação
- 3.3. Contratos
- 3.4. Pagamentos a Fornecedores
- 3.5. Estoques e Almoxarifado
- 3.6. Ações de Sustentabilidade

4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- 4.1. Folha de Pagamento
- 4.2. Regime Disciplinar
- 4.3. Declaração de Bens e Rendas
- 4.4. Indenização de Diárias
- 4.5. Sistema de Controle de Carga Horária

5. GESTÃO PATRIMONIAL

- 5.1. Bens Móveis e Equipamentos
- 5.2. Bens Imobiliários

6. GESTÃO ACADEMICA

- 6.1. Oferta de Disciplinas

6.2. PAD/RAD

6.3. Afastamento para Capacitação Docente/Técnico

7. GESTÃO OPERACIONAL

7.1. Acompanhamento da Gestão de Transportes

7.2. Acompanhamento da Gestão do RESUN

7.3. Avaliação da eficiência do sistema SIGRH – PROGEP

8. RESERVA TÉCNICA

8.1. Orientações aos gestores

8.2. Pesquisas, reuniões e outros procedimentos administrativos

8.3. Acompanhamento de denúncias

II – MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO ACOMPANHADAS A PARTIR DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA FUFIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria interna. Seu detalhamento será realizado juntamente com a hierarquização das atividades, tendo em vista o fato de ambos apresentarem os programas, ações e atividades, que serão classificados segundo sua materialidade, relevância e criticidade, a fim de determinar a prioridade das atividades de auditoria a serem desenvolvidas visando maior controle e eficácia nos resultados. Para tanto, serão adotados os critérios abaixo detalhados:

MATERIALIDADE: Será apurada com base no valor orçado em cada ação, ou seja, o nível de materialidade será apurado de acordo com o percentual de participação correspondente ao destaque de recurso de cada ação na proposta orçamentária da FUFIS para o exercício de 2015.

Desta forma, a materialidade será padronizada da seguinte forma:

Identificação da Materialidade			
% de Participação	Nível de Materialidade	Ação de Auditoria	Pontuação
até 1%	Muito Baixo	Desnecessária	1
1 < % < 10	Baixo	Dispensável	2
10 < % < 15	Médio	Recomendado	3
15 < % < 25	Alto	Necessário	4
acima de 25	Muito Alto	Imprescindível	5

RELEVÂNCIA: A hierarquização da relevância será atribuída pela análise dos programas, ações e atividades no tocante aos seguintes aspectos:

IDENTIFICAÇÃO DA RELEVÂNCIA		
Características das Atividades	Nível	Pontuação
Atividades que ensejam controle rigoroso	Alto	3
Atividades que ensejam controle moderado	Médio	2
Atividades que ensejam controle baixo	Baixo	1

Aplicando os critérios acima às ações/programas, determinou-se o nível de relevância de cada atividade, o qual será considerado em todas as áreas a serem auditadas para fins de apuração do risco de auditoria, apresenta-se:

APURAÇÃO DARELEVANCIA POR PROGRAMA/AÇÃO			
COD.	PROGRAMAS/AÇÕES	RELEVANCIA	
		DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
89	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		
181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
2030	Educação Básica		
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Atividades que ensejam controle baixo	1
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica	Atividades que ensejam controle baixo	1
2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação,		
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Atividades que ensejam controle baixo	1
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Atividades que ensejam controle baixo	1
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis e Empregados e Militares	Atividades que ensejam controle baixo	1
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Atividades que ensejam controle baixo	1
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Atividades que ensejam controle baixo	1
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
00M0	Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino	Atividades que ensejam controle baixo	1
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Atividades que ensejam controle rigoroso	3
TOTAL			

CRITICIDADE: A hierarquização da criticidade será atribuída de acordo o número de constatações auferidas pela auditoria interna e pelas auditorias externas apontadas em relatórios, com os níveis e critérios abaixo relacionados:

Identificação da Criticidade		
%	Nível de Materialidade	Pontuação
até 5%	Muito Baixa	1
5 < % < 10	Baixa	2
10 < % < 15	Mediana	3
15 < % < 25	Alta	4
acima de 25	Muito Alta	5

Partindo dessa pontuação, a atribuição do nível de criticidade de cada atividade será atribuída em função da quantidade de constatações verificadas nos relatórios de auditoria de exercícios anteriores, acrescida do número de apontamentos da CGU/TCU levantados do Plano de Providencias Permanentes – PPP e acórdãos também de exercícios anteriores, após o que, verifica-se a seguinte constatação:

Código da Ação	CRITICIDADE					
	Aspectos			Total	%	Pontuação Atribuída
	Áreas	Nº de Contatações Relatórios Auditoria	Nº de Apontamentos CGU/TCU			
20RK	Convênios / Transferências (Recebimen	0	28	28	11%	3
20RK	Cartão Corporativo	4	0	4	2%	1
4002	Bolsas para Estudantes	9	0	9	4%	1
20RK	Processos Licitatórios	15	49	64	25%	4
20RK	Processos de Dispensa e Inexigibilidad	18	28	46	18%	3
20RK	Contratos/Contratos FAPese	9	28	37	14%	3
20RK	Pagamentos a fornecedores	16	0	16	6%	2
	Estoque do Almoxarifado	0	0	0	0%	1
2109	Folha de Pagamento	17	0	17	7%	2
	Regime Disciplinar	0	0	0	0%	1
	Declaração de Bens e Rendas	1	0	1	0%	1
20RK	Indenização de Diárias	2	0	2	1%	1
	Sistema de controle de carga horária	3	0	3	1%	1
	Bens Móveis e Equipamentos	10	0	10	4%	1
	Transporte	12	0	12	5%	1
	Bens Imoveis	7	0	7	3%	1
Total		123	133	256	100%	

Considerando-se que cada área de auditoria pode se enquadrar em mais de uma ação, optou-se por relacioná-las as ações com maior nível de materialidade.

III – MATRIZ DE RISCO DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Com base nos programas/ações da proposta orçamentária de 2015 da FUFES, levando em consideração os últimos acórdãos e relatórios de auditoria do TCU/CGU, a apuração dos riscos de auditoria de cada área proposta no PAINT de forma a subsidiar a necessidade de auditoria de cada uma delas, é a seguinte:

Identificação do Nível de Risco		
%	Nível de Materialidade	Pontuação
0 a 2	Muito Baixo	1
2,1 a 4	Baixo	2
4,1 a 6	Médio	3
6,1 a 8	Alto	4
8,1 a 10	Muito Alto	5

Após a identificação dos níveis e correspondentes notas de materialidade, relevância e criticidade apresenta-se a seguinte matriz de risco, a qual engloba o detalhamento das ações previstas em prévia da proposta orçamentária para o exercício de 2015:

Cod	Programa/Ação	Valor Orçado	%	M	R	C	Risco Atribuído		
							Pontuação	%	Nível
89	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	87.029.163							
181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	87.029.163	16,20%	4	3	1	8	10,53%	Muito Alto
2030	Educação básica	2.239.777							
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	283.000	0,05%	1	1	1	3	3,95%	Baixa
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	1.956.777	0,36%	1	1	1	3	3,95%	Baixa
2032	Educação Superior - Graduação e Pós-graduação	141.110.963							
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.573.586	0,85%	1	1	1	3	3,95%	Baixa
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	71.213.129	13,25%	3	3	3	9	11,84%	Muito Alto
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	29.131.384	5,42%	2	3	1	6	7,89%	Alto
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	36.192.864	6,74%	2	3	1	6	7,89%	Alto
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	306.923.148							
2004	Assistência Médica e Odontológica	5.413.752	1,01%	2	1	2	5	6,58%	Alto
2010	Assistência Pré-escolar	360.000	0,07%	1	1	1	3	3,95%	Baixa
2011	Auxílio Transporte	1.380.000	0,26%	1	1	1	3	3,95%	Baixa
2012	Auxílio Alimentação	10.440.000	1,94%	2	1	1	4	5,26%	Medio
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	245.419.144	45,68%	5	3	2	10	13,16%	Muito Alto
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	316.717	0,06%	1	3	2	6	7,89%	Alto
09HB	Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	43.593.535	8,11%	2	3	2	7	9,21%	Muito Alto
Total		537.303.051	100%				76	100%	

Sendo: M= Materialidade; R= Relevância; C=Criticidade

IV – DETALHAMENTO DAS AÇÕES QUE SERÃO DESENVOLVIDAS PELA AUDINT POR PROGRAMAS/AÇÕES, CONFORME O PAINT/2015, COM BASE NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015 DA FUFES

Programa/Ação	R\$	Ação PAIT/2015
2030 Educação Básica 20RI Funcionamento das Instituições Federais de Ensino	283.000	3. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços 3.1 Processos Licitatórios 3.2 Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação 3.3 Contratos 3.4 Pagamentos a Fornecedores 3.5 Estoques e Almoxarifado
2030 Educação Básica 20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	1.956.777	4. Gestão de Recursos Humanos 4.4 Indenização de Diárias
2032 Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação 20GK Fomento as Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.573.586	4. Gestão de Recursos Humanos 4.4 Indenização de Diárias
2032 Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino	71.213.129	2. Gestão Orçamentária e Financeira 2.1 Convênio/Transferências 3. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços 3.1 Processos Licitatórios 3.2 Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação 3.3 Contratos 3.4 Pagamentos a Fornecedores 3.5 Estoques e Almoxarifado 4. Gestão de Recursos Humanos 4.4 Indenização de Diárias
2032 Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino	29.131.384	2. Gestão Orçamentária e Financeira 2.2 Bolsas
2032 Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação 8282 Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	36.192.864	3. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços 3.1 Processos Licitatórios 3.2 Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação 3.3 Contratos 3.4 Pagamentos a Fornecedores 3.5 Estoques e Almoxarifado
2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação 2004 Assistência Médica e Odontológica	5.413.752	4. Gestão de Recursos Humanos 4.1 Folha de Pagamento
2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação 4572 Capacitação de Servidor Público	316.717	4. Gestão de Recursos Humanos 4.1 Folha de Pagamento

V- QUADRO DO PAINT/2015 CONTENDO AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE, CONCLUSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS DAS AÇÕES DE AUDITORIA

01. CONTROLES DA GESTÃO								
Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
1.1- Atuação do TCU Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências.	Não atendimento aos Acórdãos e diligências do TCU, poderão ensejar em reincidências, penalidades e ressalvas no julgamento das contas anuais.	TCU	Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências, através da emissão de solicitações de auditoria e testes de validação, com vistas a certificar o cumprimento perante o TCU. Espera-se garantir o cumprimento efetivo das recomendações e evitar reincidências.	Acompanhar o atendimento de 100% dos acórdãos e diligências do exercício.	Ação contínua	AUDINT/ Setores	1/200	Observação às Normas Vigentes
1.2- Atuação da CGU - Acompanhar as solicitações de auditoria e fazer a interface com os setores/ unidades internas interessadas.	Não atendimento às orientações e recomendações, contidas no Plano de Providências Permanente, ensejam novas recomendações, ressalvas nos relatórios e, por conseguinte, na avaliação da gestão.	CGU	Apoiar a equipe de auditores e acompanhar o atendimento das solicitações, bem como verificar o cumprimento das orientações e recomendações emanadas da CGU. Espera-se assegurar o cumprimento efetivo das recomendações e evitar reincidências. As vulnerabilidades serão mitigadas através da emissão de SA, orientações e acompanhamento das ações.	Acompanhar o atendimento de 100% das solicitações, orientações, recomendações e do Plano de Providências Permanente.	Ação contínua	AUDINT / Setores	1/200	Observação às Normas Vigentes.

Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
1.3- Atuação da AUDINT - Avaliar os controles internos, acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e Plano de Providências Permanentemente evitando a fragilidade dos controles.	Não atendimento às solicitações, recomendações e orientações, causam fragilidade aos controles internos. Essa ação é relevante em função do cumprimento da IN nº 01/07 e da IN nº 07/06, bem como o fortalecimento dos controles internos.	AUDINT/CGU	Acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, o cumprimento das recomendações e orientações, evitando a fragilidade da atuação do setor, através da emissão de relatórios que levarão o conhecimento do fato ao Reitor e ao Conselho Universitário. Como resultado, espera-se fortalecer os controles internos e assegurar o cumprimento efetivo das recomendações. As vulnerabilidades serão mitigadas através do encaminhamento das informações ao Reitor e ao CONSU, para as providências cabíveis, quando não houver atendimento das recomendações da AUDINT.	Acompanhar o atendimento de 100% das solicitações de auditoria, recomendações e do Plano de Providências Permanente.	Ação contínua	AUDINT/Setores	4/1552	Observação às Normas Vigentes

Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
1.4- Atuação da AUDINT - Elaborar Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna –RAINT	Não elaboração do RAINTE, conforme IN nº 07/2006 e IN nº 01/2007 da CGU implica em desobediência à legislação pertinente, causando prejuízo nos subsídios de informações a CGU e as tomadas de decisões da gestão. A relevância da ação se dá em função do cumprimento da IN nº 01/07 e da IN 07/06.	AUDINT CGU	Finalizar o processo de elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE 2014, iniciado em 12/2014 para envio a CGU até a data limite, 20/01/2015 e iniciar o processo de elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna –RAINT 2015 para envio a CGU até a data limite de 20/01/2016. Em ambos busca-se evidenciar os cumprimentos das determinações e orientações emanadas dos órgãos de controle, e ainda, subsidiar os gestores nas tomadas de decisão e a CGU nas suas atividades. Espera-se com essa ação assegurar o cumprimento dos normativos vigentes e evitar novas recomendações.	Elaboração do relatório das atividades de auditoria realizadas durante o exercício, para envio aos órgãos superiores da instituição e à CGU até janeiro do ano subsequente.	01/01/15 a 31/01/15 Finalização do RAINTE 2014 E 01/12/15 a 31/12/15 Início do RAINTE 2015	AUDINT	1/320	IN CGU nº 01/07 IN CGU nº 07/06

Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
1.5- Atuação da AUDINT - Elaborar Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/16	Deixar de elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT enseja desobediência às IN nº 07/2006 e nº 01/2007 da CGU, causando dessa forma prejuízo ao bom funcionamento do setor. A relevância da ação se dá em função do cumprimento das IN 01/07 e IN 07/06.	AUDINT	Elaborar Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício 2016, para nortear a execução dos trabalhos de auditoria, nas diversas áreas da instituição. Espera-se como resultado assegurar o cumprimento dos normativos vigentes.	Elaboração do PAINT/2016 com base em estudos técnicos e legislação pertinente, com envio à CGU para análise prévia até o último dia útil de outubro de 2015.	01/10 a 31/10	AUDINT	1/168	IN CGU nº 01/07 IN CGU nº 07/06 IN CGU nº 09/07
1.6- Formalização da Prestação de Contas	Elaborar a prestação de contas em desacordo com os normativos vigentes implica em informações imprecisas, podendo ensejar em responsabilização aos agentes. Relevante para atender o Decreto 4.304/2002.	AUDINT/	Verificar o cumprimento das formalidades exigidas na elaboração da prestação de contas e o atendimento a portaria nº 604/07-GR e legislação vigente, através da análise da mesma antes do encaminhamento para aprovação do Conselho Universitário.	100% da prestação de contas do exercício de 2014.	Conforme norma vigente	AUDINT	1/80	Legislação vigente

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
1.7 Revisão e Coordenação de Atividades Internas	Falta de acompanhamento quanto a estrutura dos relatórios emitidos ao final de cada procedimentos bem como a falta de avaliação dos documentos que instruem o correspondente processo podem acarretar falhas capazes de por em cheque a veracidade dos achados e, por conseguinte, os trabalhos desenvolvidos.	AUDINT	Apurar a regularidade dos procedimentos adotados em cada procedimentos de auditoria bem como zelar pela padronização dos trabalhos desenvolvidos com fins a facilitar a análise futura de cada procedimento.	Acompanhar e orientar 100% dos trabalhos desenvolvidos pela equipe da AUDINT ao longo do exercício, zelando pelo cumprimento dos prazos estabelecidos bem como pela padronização dos trabalhos e instrução dos processos deles decorrentes.	Continuada	AUDINT	1/240	Técnicas de Auditoria e legislações pertinentes a cada procedimento

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA								
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
2.1- Convênios/ Transferências - Recebimento	Inobservância aos termos dos convênios / transferências e às normas vigentes, em especial, a prestação de contas, possibilitando a aplicação irregular dos recursos. A relevância se dá em virtude da ação ser de análise obrigatória segundo IN 01/2007 da CGU.	AUDINT/ CGU	Verificar a legalidade quanto à execução, metas ou objetivos, resultados alcançados, situação da prestação de contas, os atos e fatos que prejudicaram o desempenho e a providências adotadas, através de verificação <i>in loco</i>, sobre a execução dos convênios/transferências, evitando o descumprimento aos seus termos e a legislação. Resultados esperados: reduzir o número de constatações dos órgãos de controle e desconformidades com os termos dos convênios e transferências na aplicação dos recursos. As vulnerabilidades do objeto serão mitigadas através do efetivo acompanhamento da implementação das recomendações dos órgãos de controle e das orientações da AUDINT e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Análise de convênios/ transferências com pagamentos e/ou recebimentos de recursos vigentes e vencidos no período de junho 2014 a junho de 2015, cujos valores representem no mínimo 20% dos recursos das ações: 20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino segundo previstos na proposta orçamentária para 2015	17/06 a 24/07	AUDINT e local da execução do objeto do convênio/ transferências	1/200	IN ST nº 01/97 Consulta SIAFI Dec. 6170/07 Port. Interminist. Nº 127/2008 Port. Interminist. Nº 165/2008 SICONV dentre outras

Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
2.2- Bolsas	Inobservância das normas vigentes implica na irregular aplicação dos recursos destinados a bolsas comprometendo a avaliação anual da gestão. A relevância do item decorre das constatações já apontadas pela CGU e TCU além da diversidade de bolsas ativas na FUFS e os altos volumes de recursos despendidos em suas concessões.	AUDINT CGU	Analisar e avaliar a regularidade dos valores aplicados em bolsas; procedimentos para sua concessão; prestação de contas; formalidades do processo físico e ferramentas de controle e gestão no SIG, tendo por fim a regular aplicação dos recursos em observância as normas vigentes. Resultados esperados: assegurar a regular utilização e aplicação dos recursos e acompanhar a devida devolução dos valores utilizados inadequadamente. As vulnerabilidades do objeto serão mitigadas através do efetivo acompanhamento da implementação das recomendações dos órgãos de controle e das orientações da AUDINT e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Análise de 20% de cada tipo de bolsa/benefício em vigor na FUFS no período de junho/2014 a maio/2015.	01/06 a 24/07	AUDINT DEFIN PROEST PROSGRA P PROPLAN PROEX OUTROS	1/240	Decreto 7.416/2010 e as Resoluções da UFS.

3. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS								
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
3.1 Processos Licitatórios	Impropriedades em processos licitatórios geram falhas, vícios e ilegalidades, comprometendo o certame e/ou podendo ensejar prejuízo ao erário e a avaliação anual da gestão. A relevância se dá em virtude do cumprimento da IN nº 01/2007.	TCU CGU AUDINT	Verificar a legalidade dos processos licitatórios, por meio de análise, visando assegurar a regularidade dos procedimentos licitatórios, em observância às normas vigentes, por meio de constatações e consequentes recomendações. A ação tem como resultado esperado assegurar o cumprimento da Lei 8.666/93 possibilitando dessa forma a não ocorrência de falhas e vícios no processo licitatório, proporcionando à instituição as propostas mais vantajosas na realização de suas compras e execução dos serviços, evitando apontamento por parte dos órgãos de controle. As vulnerabilidades serão mitigadas através de orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Análise de pelo menos 20% dos processos licitatórios (tomada de preço, pregão, concorrência, RDC, convite) com editais publicados de setembro/2014 a setembro/2015, incluindo obrigatoriamente os processos relativos a manutenção, e abastecimento e terceirização de serviços ligados a área de transportes, que representem no mínimo 20% dos recursos empregados nas ações: 20RI Funcionamentos das Instituições Federais de Educação Básica; 20RK Funcionamento das Universidades Federais previstos na PLOA 2015.	28/10 a 04/12	AUDINT DRM COPEC	1/200	Lei 8.666/93 Consulta SIAFI DEC. 5450/05

Ação	Avaliação Quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
3.2 Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.	Os processos de dispensa e inexigibilidade não estarem de acordo com a Lei 8.666/93. A relevância se dá em virtude da elaboração do RAIINT em cumprimento a IN nº 01/2007.	TCU, CGU e AUDINT	Acompanhar, analisar e avaliar os processos, com objetivo de evitar dispensas e inexigibilidade que não estejam previstas pela Lei 8.666/93 e também que as mesmas não passem a ser a regra no suprimento de bens e serviços da instituição. A ação tem como resultados esperados reduzir o quantitativo de dispensa e inexigibilidade de licitação que não tenham respaldo na Lei 8666/93. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Análise de pelo menos 20% dos processos de dispensa e inexigibilidade iniciados e/ou concluídos no período de outubro/2014 a setembro/2015, cujo total represente no mínimo 10% dos recursos empregados nas ações: 20RI Funcionamentos das Instituições Federais de Educação Básica; 20RK Funcionamento das Universidades Federais previstos na proposta orçamentária para 2015	29/09 a 11/11	DRM AUDINT	1/240	Lei 8.666/93 e Legislação vigente.

Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
3.3 Contratos	Inobservância aos termos do contrato e às normas vigentes quanto ao fornecimento de bens e serviços. A relevância se dá em virtude da elaboração do RAINTE, conforme IN nº 01/2007. Atuação deficiente do fiscal quanto ao acompanhamento das obrigações contratuais.	TCU CGU AUDINT	Verificar a legalidade dos contratos e aditivos quanto ao objeto, execução, valor, vigência, e responsável por fiscalização, através da análise dos contratos. Verificação do acompanhamento dos fiscais do contrato acerca do cumprimento da legislação trabalhista pelas firmas contratadas para serviços terceirizados. Espera-se com esta ação assegurar a regularidade dos seus termos em relação à observância à legislação pertinente, evitando prejuízo à instituição. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Análise de 20% dos contratos firmados referentes objeto de obras e/ou reformas, e 20% dos contratos firmados referentes a terceirização de mão-de-obra e os contratos relativos a manutenção, abastecimento e terceirização de serviços ligados a área de transportes, vigentes no período de setembro 2014 a agosto 2015.	22/09 a 27/10	AUDINT COPEC	1/200	Lei 8666/93 Consulta SIAFI IN MPOG/SLT I nº 02 Relatório CGU nº 224.851/08 Acórdão TCU

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
3.4 Pagamentos a fornecedores	Inobservância aos termos do contrato e às normas vigentes quanto ao pagamento pelo fornecimento de bens ou serviços, podendo incorrer em pagamentos indevidos. A relevância se dá em função da verificação da efetividade da realização da despesa pública.	TCU CGU AUDINT	Verificar a legalidade e as formalidades nos pagamentos decorrentes dos contratos, por meio do confronto entre o relatório do fiscal do contrato, os bens fornecidos e/ ou os serviços prestados, com o objeto contratado, assegurando a sua regularidade. Tem-se como resultado evitar pagamentos indevidos ou que não guardem relação aos termos dos contratos, e ainda verificar o atendimento das formalidades legais nos processos de pagamento e identificar o regular recebimento do bem ou prestação do serviço que gerou o ato administrativo. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Análise de 50% dos processos de pagamento (6 meses de maior volume monetário de cada contrato) de 20% dos contratos firmados referentes a obras e/ou reformas, e 20% dos contratos firmados referentes a terceirização de mão-de-obra, fornecimento de combustível, manutenção de veículos e prestação de serviços na área de transportes, vigentes no período de setembro 2014 a agosto	01/10 a 06/11	AUDINT DEFIN	1/200	Lei 4320/63 Consulta SIAFI

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
3.5 Estoque e Almojarifado.	Ineficiência no controle de entrada e saída, perda do material devido ao prazo de vencimento e/ou guarda indevida. A relevância decorre da importância do bom funcionamento do almojarifado para fornecimento do material com vistas a atender às atividades meio e fim da instituição, além do representativo empregado na aquisição do material em estoque.	CGU AUDINT	Verificar, analisar e acompanhar o controle de entrada e saída do material, tempo de rotatividade e guarda evitando desperdícios na utilização dos mesmos. Tem-se por resultado, assegurar que não ocorram impropriedades na movimentação e guarda de bens de consumo, bem como de seu armazenamento, resguardando os recursos públicos utilizados e o funcionamento regular das atividades da instituição. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, visitas <i>in loco</i> , recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	5% das entradas e saídas dos materiais de consumo do almojarifado central e CESAD e 10% do estoque de materiais permanentes. Os bens selecionados devem representar no mínimo 10% do saldo da conta contábil 113180100 de estoque de material de consumo no exercício 2014 e 10% da posição do estoque de material permanente informado pelo setor competente.	31/03 a 23/04	AUDINT ALMOXARI FADO	1/120	Lei 4320/64 e Legislação vigente

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
3.6 Ações de Sustentabilidade	A relevância decorre da necessidade de adoção de critérios e ações para minimizar o impacto socioambiental das atividades institucionais	CGU	Verificar, analisar e acompanhar a inclusão de critérios e exigências de elementos relacionados a sustentabilidade ambiental nas aquisições e descartes (separação de resíduos recicláveis) de material químico de forma a assegurar o efetivo atendimento aos normativos relacionados a matéria. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, visitas <i>in loco</i> , recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	10% das obras contratadas em andamento no exercício 2014; e 100% dos procedimentos de descarte e uso de material químico e recursos naturais.	01/03 a 15/04	AUDINT Setores Diversos	1/240	à Instrução Normativa nº 1/2010; Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e Decreto nº 5.940/2006

4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS								
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
4.1 Folha de Pagamento.	Inconsistência nos pagamentos da folha de pessoal pode causar prejuízos à instituição. A relevância decorre do cumprimento da IN nº 01/2007-CGU, para elaboração do RAINTE, bem como o representativo valor monetário empregado.	AUDINT CGU	Verificar a consistência dos pagamentos dos servidores que tiveram folha revisada e rubricas informadas, através da análise dos processos de pagamentos e da consulta ao SIAPE. Espera-se evitar pagamentos indevidos de rubricas a servidores, e ainda acompanhar situações que requeiram a devolução de recursos ao erário. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Verificar a regularidade dos adicionais de periculosidade, insalubridade, noturno e horas extras pagos a 20% dos servidores contemplados no exercício de 2014 (50% de técnicos e 50% dos docentes) ou vantagem específica concedida a um grupo de servidores relativa a ação 20TP Pagamento de Pessoal Ativo da União, previstos na proposta orçamentária para 2015	27/07 a 21/09	AUDINT PROGEP	1/240	Legislação Vigente e Consulta SIAPE

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
4.2 Regime Disciplinar.	Não aplicação de penalidades causa descumprimento aos dispositivos da lei. A relevância se dá em virtude da exigência para composição da prestação de contas.	CGU	Verificar a aplicação e o cumprimento das penalidades, evitando transgressão às normas vigentes, mediante análise dos processos instaurados. Resultados esperados: evitar a prática de condescendência por parte da gestão e o descumprimento de penalidades deliberadas pelo órgão responsável por parte do julgado. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Acompanhar e verificar 100% dos processos disciplinares concluídos no exercício 2015.	07/12 a 30/12	AUDINT CPSPAD	1/120	LEI 8112/90 LEI 8429/02

Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
4.3 Declaração de Bens e Rendas.	Ausência de encaminhamento das Declarações de Bens e Rendas possibilita reincidência de recomendações por parte dos órgãos de controle podendo ensejar em penalidade ao agente e a instituição. A relevância decorre da obrigatoriedade de que trata a lei 8.730/93, quando da prestação de contas do exercício.	AUDINT	Verificar o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas dos ocupantes de cargo de direção e função gratificada e/ ou autorização de acesso, por meio eletrônico a SRFB, no prazo legal, evitando o descumprimento às normas vigentes. Espera-se com esta ação assegurar que os ocupantes de cargos de direção e função gratificada, em especial do rol de responsáveis, efetuem a entrega da Declaração de Bens Rendas ou autorização de acesso eletrônico, e verificar a atuação dos órgãos responsáveis no atendimento e tal ação. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Verificar o registro de entrega da declaração de bens e rendas de 100% dos ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas, ou autorização de acesso eletrônico a SRFB, no período de 01/08/2014 a 31/05/2015.	01/06 a 10/07	AUDINT PROGEP	1/128	Lei nº. 8730/93 Lei nº 8.112/90

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p /ação
4.4 Indenização de Diárias	Inobservância as normas vigentes quanto à concessão de diárias e passagens gerando pagamentos indevidos, refletindo negativamente na avaliação anual da gestão. A relevância decorre dos altos valores desprendidos bem como do grande número de constatações nos RA da CGU e AUDINT.	CGU AUDINT	Analisar os procedimentos de concessão de diárias por deslocamentos, em especial as iniciadas em finais de semana e feriados, evitando pagamentos indevidos, por meio de constatações e, consequente, recomendações. Resultados esperados: Verificar o cumprimento por parte dos gestores das disposições contidas no § 2º do art. 5º do Dec. 5992/2006. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações e o acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho Universitário.	Analisar 100% das diárias concedidas iniciadas nos finais de semana e feriados; verificar 100% das diárias concedidas pendentes de prestações de contas e 5% das demais formas de concessão formalizadas no período de outubro/2014 a ago/2015 nas ações: 4572; 20RJ ; 20GK e 20RK previstos na proposta orçamentária para 2015.	17/08 a 28/09	DEFIN AUDINT	1/240	Lei 8112/90 Dec. Nº 5992/06 Port. 98/03 Dec. 4004/01 Consulta SIAPE Consulta SIAFI

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ação
4.5 Sistema de controle de carga horária.	Fragilidades no sistema de controle de frequência dos servidores da FUFS, acarreta possibilidade de descumprimento da carga horária, limitando a eficiência operacional da instituição, considerando ser este o item mais representativo do orçamento da instituição. A relevância decorre da necessidade em atender as recomendações da CGU, TCU bem como decisão judicial proferida em 2014.	CGU Justiça Federal	Verificar os controles administrativos relativos ao cumprimento da carga horária dos servidores administrativos e docentes no tocante a sua existência, efetividade e acompanhamento. Espera-se que os setores responsáveis utilizem sistema de controle para acompanhamento da carga horária dos docentes e servidores por parte da PROGEP. As vulnerabilidades serão mitigadas através das orientações, recomendações, acompanhamento da aplicação das mesmas e comunicação ao órgão de controle e ao Conselho.	Verificar os controles de carga horária instituído na UFS nos campi São Cristovão, Itabaiana, Lagarto e Laranjeiras, para técnico e docentes.	27/07 a 21/08	PROGEP AUDINT NTI	1/160	Lei 8112/90 Decisão Judicial proferida em 2014 pela JF contra a UFS

5. GESTÃO PATRIMONIAL								
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p /ação
5.1 Bens Móveis e Equipamentos.	Inconsistência dos registros quanto à guarda, localização e baixa dos bens, que pode gerar descontrolado patrimonial, desvios e mau uso dos bens públicos. A relevância decorre da necessidade em atender as recomendações dos órgãos de controle bem como a legislação vigente.	CGU AUDINT	Avaliar e acompanhar o controle patrimonial, visando a guarda e conservação do bem, evitando desvio de utilização dos mesmos, alcançando melhor aproveitamento, verificar os sistemas de controle e movimentação patrimonial, bem como os termos de responsabilidade. Tem-se como resultado esperado a regularidade dos bens móveis e equipamentos, por meio do cumprimento das determinações dos órgãos de controle. As vulnerabilidades serão mitigadas através de orientações, visitas <i>in loco</i> , e o acompanhamento quanto ao cumprimento das recomendações dos órgãos de controle e da AUDINT.	Verificar <i>in loco</i> , o controle dos bens móveis em 10% dos setores da UFS, incluindo os <i>campi</i> do interior, que representem no mínimo 15% do saldo da conta contábil de Bens Móveis no exercício anterior informado pela DICON e acompanhamento das conciliações, além de acompanhar a implementação das determinações e recomendações dos órgãos de controle, no Exercício 2013 e 2014.	24/04 a 29/05	AUDINT DIPATRI Setores Diversos	1/200	Dec. 99658/90 IN SEDAP Nº 205/88 Consulta SIAFI Portaria nº406 STN/2011

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
5.2 Bens Imobiliários	Ineficiências quanto ao controle dos bens de uso especial geridos pela Instituição. A relevância decorre da necessidade de acompanhamento quanto a regularidade cartorial dos imóveis dos diversos campi bem como da regularidade quanto a sessão ou aluguel de imóveis pertencentes a FUFs.	AUDINT TCU	Avaliar e acompanhar o controle patrimonial, visando a guarda e conservação dos bens imóveis de uso especial, evitando fragilidades dos sistemas gerenciais, contábeis e financeiros. As vulnerabilidades serão mitigadas através de orientações, visitas <i>in loco</i> e análise dos controles administrativos.	Verificar a regularização cartorial, licença ambiental, habite-se e demais aspectos relacionados aos imóveis, sua gestão, contratos com eventuais usuários, gastos de manutenção, regularidade dos registros no SPIUnet e registros contábeis de 100% dos bens imóveis da instituição.	14/05 a 11/06	AUDINT DIPATRI Imóveis em locais diversos	1/160	Lei 8245/91 outras.

6. GESTÃO ACADÊMICA								
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p /ação
6.1- Oferta de Disciplinas.	A irregularidade no processo de oferta de disciplina nos diversos cursos de graduação da FUFs implica em mal funcionamento da instituição bem como ferir direitos dos discentes possibilitando demandas judiciais.	Discentes AUDINT	Verificar a regularidade da oferta de disciplinas nos cursos de graduação em atividade na FUFs com vistas a salvaguardar os interesses da instituição, o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas relativas ao ensino bem como evitar danos aos discentes pela não oferta de disciplinas ou abertura de turmas.	10% dos 86 cursos em atividade na FUFs englobando todos os campi.	26/01 a 26/03	AUDINT	1/240	Normas internas em vigor que tratem do funcionamento dos cursos de graduação e suas ofertas
6.2- PAD/RAD	A irregularidade no preenchimento do PAD bem como sua não apresentação acarretam danos ao planejamento dos cursos e possibilita a infração aos direitos dos discentes bem como às obrigações dos docentes.	CGU AUDINT	Analisar a entrega do PAD no calendário regular relativo ao exercício 2015, bem como avaliar o cumprimento das atividades previstas RAD/2014 com fins a salvaguardar os interesses da instituição.	Análise de regularidade de 100% dos PAD's relativos ao exercício 2014 e 5% dos RAD's relativos ao exercício de 2014 englobando 100% dos departamentos em funcionamento na FUFs.	27/03 a 20/04	AUDINT PROGRAD	1/120	Normas internas em vigor que tratem PAD e RAD bem como outras que possam subsidiar as atividades.

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p /ação
6.3- Afastamento para Capacitação Docente/Técnico	A irregularidade nos processos de concessão de afastamento de docentes e técnicos pode causar danos ao funcionamento da FUFs bem como lesões ao erário em função de liberações com ônus não cumpridas.	CGU AUDIN	Verificar a regularidade e legalidade na concessão de afastamentos a docentes e técnicos em andamento e iniciados em 2014 e em andamento no exercício de 2015, de forma a salvaguardar os interesses da instituição	Analisar 20% dos processos de concessão de afastamento para capacitação de técnicos e docentes iniciados em 2014; 20% dos processos de concessão de afastamento para capacitação de técnicos e docentes findos em 2014 e 20% dos processos de concessão de afastamento para capacitação de técnicos e docentes iniciados em 2015.	22/04 a 13/054	AUDINT PROGEP PROGRAD	1/120	Normas internas em vigor que tratem de afastamento para capacitação de técnicos e docentes; leis 8.112/90, 11.091/2005 e 12.772/2012

7. GESTÃO OPERACIONAL								
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p /ação
7.1- Acompanhamento Gestão de Transportes – DITRAN	Fragilidade nos controles administrativos relativos ao uso dos serviços de transportes, planejamento dos deslocamentos, gerência de pessoal e alimentação do sistema informatizado pode gerar inconsistências e situações inapropriadas na prestação de serviços e no uso dos recursos.	AUDINT DITRAN	Verificar a regularidade da prestação dos serviços de transportes aos usuários, o planejamento dos deslocamentos, a gestão dos recursos humanos, bem como a utilização dos sistemas informatizados de controle.	Verificar <i>in loco</i> as rotinas administrativas desenvolvidas na DITRAN.	02/03 a 30/03	INFRAUFSD ITRAN AUDINT	1/160	Legislação vigente
7.2- Acompanhamento da Gestão do RESUN	A fragilidade no controle de custos e acesso aos serviços próprios da gestão do Restaurante Universitário pode ensejar mau uso do recursos públicos e causar impacto negativo à gestão.	AUDINT GR	Verificar os controle administrativos relativos a apuração dos custos e prestação de serviços aos usuários, evitando o mau uso do recursos públicos, gastos desnecessários. As fragilidades serão sanadas por meio de orientações e recomendações aos gestores.	Acompanhar a implantação do sistema de controle das atividades do RESUN e acesso dos usuários aos serviços de forma a otimizar as atividades ali desenvolvidas.	16/04 a 31/05	RESUN AUDINT	1/240	Legislação em vigor.

Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p /ação
7.3 - Avaliação da Eficiência do Sistema SIGRH - PROGEP	A fragilidade dos controles gera inconsistências nas informações prestadas aos órgãos de controle Possibilitando constatações negativas e/ou irregularidades que trazem impacto negativo à gestão, sobretudo se considerado o volume de recursos gastos com pessoal.	AUDINT	Verificar os registros funcionais de forma a salvaguardar a boa funcionalidade do sistema operacional em uso, trazendo por consequência, o controle das ações de gerenciamento de recursos humanos minimizando os efeitos maléficos da falta de controle. As irregularidades serão mitigadas por meio de orientações e recomendações.	Verificar o atendimento dos prazos de registro das alterações de pessoal no SISAC e os respectivos envio aos órgãos de controle. verificar o funcionamento do sistema de recursos humanos e as implementações necessárias a sua otimização.	Continuada	AUDINT Unidades da PROGEP	1/920	Orientações do CPD/manual do sistema

8. RESERVA TÉCNICA								
Ação	Avaliação quanto ao risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação
8.1- Orientação aos gestores	A inobservância às normas compromete os agentes quanto às tomadas de decisões. A orientação será realizada por iniciativa dos gestores, bem como da AUDINT, quando necessária. A relevância decorre da necessidade de evitar o descumprimento dos normativos emanados pelos órgãos de controle.	GR Setores Diversos	Orientar os gestores quando da tomada de decisões ou acerca de procedimentos administrativos quanto às recomendações e deliberações dos órgãos de controle, CGU e TCU. Resultados esperados evitar o descumprimento às normas e agregar valor a instituição.	Reuniões com os diversos setores da instituição para discutir assuntos relacionados as atividades dos órgãos de controle interno e externo, e ainda da AUDINT com a emissão de orientações, recomendações, durante o exercício 2014.	Contínua	AUDINT	1/112	Normas Vigentes
8.2- Pesquisas, reuniões e procedimentos administrativos.	Falta de familiaridade com as legislações pertinentes, desconhecimento na realização dos trabalhos e procedimentos de auditoria	AUDINT	Realizar reuniões internas, pesquisas e estudos acerca da legislação, acórdãos, leitura do DOU, orientações, doutrinas, elaboração de atas e outros temas pertinentes aos trabalhos relacionados à AUDINT, inclusive atividades imprevistas que podem ocorrer durante o exercício 2014.	-	Contínua	AUDINT	4/136	BICEN, IFES, CGU, TCU e MEC
Ação	Avaliação Quanto ao Risco Relevância	Origem da Demanda	Objetivo, Resultados Esperados e Formas de Resolução	Escopo do Trabalho e Representatividade	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento Requerido p/ ação

8.3- Acompanhamento de denúncias.	Verificação da veracidade de denúncias apresentadas na AUDINT quanto às diversas áreas/assuntos/temas relacionados aos controles administrativos com impacto negativo na gestão.	Diversos	Apurar a veracidade de denúncias que indiquem fragilidade nos controles administrativos, impacto negativo na gestão, mau uso de recursos públicos, financeiros ou materiais buscando minimizar vulnerabilidades, inibir situações inapropriadas e apontar eventuais responsabilidades de servidores ou usuários.	Acompanhar 100% das denúncias recebidas que causem impacto negativo na gestão, verificando a veracidade de fatos e analisando as situações denunciadas para a tomada de providências juntos aos gestores.	Contínua	DIVERSOS	1/160	Legislação aplicável em cada caso
--	--	----------	--	---	----------	----------	-------	-----------------------------------

VI - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA (IN SFC nº 01 de 2007)

Tipo	Área de Concentração	Período	Duração	Abrangência	Justificativa
Cursos	Auditoria	A definir	A definir	Técnicas, procedimentos e planejamento de auditoria	Necessidade de atualização e reciclagem do corpo de auditores da AUDINT
	Contabilidade Publica	A definir	A definir	Novas praticas a serem adotadas nas instituições publicas	Necessidade de conhecimento acerca das novas praticas exigidas para a contabilidade publica, que influenciam diretamente nos procedimentos
Fórum	Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao Ministério da Educação (FONAI-MEC).	A definir	A definir	Discussões de assuntos relevantes e pertinentes às ações desenvolvidas nas Unidades das Auditorias Internas das Instituições vinculadas ao MEC.	Necessidade de atualização e reciclagem do corpo de auditores da AUDINT

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração do PAINT/2015, a Auditoria Interna tem por fim o atendimento da IN 01/07 e da IN 07/06, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle da instituição, contribuindo com a regularização das ações da gestão.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2014